

Brasília deve ser tombada como patrimônio universal da humanidade? Esta era indagação que ocupava parte das reflexões de Aloísio Magalhães, no final de 1980, quando era Secretário de Cultura do MEC e diretor da Fundação Nacional Pró-Memória. Dois anos mais tarde, Aloísio morreria, em Veneza, onde participava de um encontro internacional sobre preservação de bens culturais. Não viu seu sonho concretizado. Hoje, se estivesse vivo, veria que sua idéia é tema de muitas controvérsias e até recebida como vê-se banhada no mais renitente ceticismo.

MARIA DO ROSARIO CAETANO
Repórte Especial

JOAQUIM FIRMINO



A Comissão Brasília da Pró-Memória apresentou, no Sindicato dos Arquitetos, seu projeto de tombamento do Plano Piloto

BRASÍLIA

UMA CIDADE TOMBADA COMO PATRIMÔNIO

Em debate realizado na sede do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil — Seção DF), na noite da última segunda-feira, sob promoção e coordenação da Comissão Brasília, do Sindicato dos Arquitetos, o tombamento do Plano Piloto motivou animada troca de idéias.

Inicialmente, os arquitetos Briane Bicca, Maria Elaine Kohlsdors, Márcio Vianna e Ieda Barbosa, expuseram, com seriedade e espírito aberto, o resultado de seus estudos sobre o tombamento de Brasília.

Durante hora e meia, os quatro arquitetos colocaram, para debate, estudos desenvolvidos ao longo dos últimos quatro anos e gerados, como confessou Briane, "no gabinete, mas com o firme propósito de ser debatido pela comunidade".

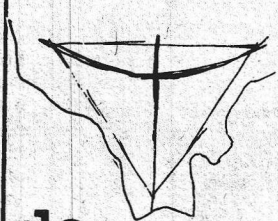
Ao iniciar a exposição da Comissão Brasília da Pró-Memória, Briane lembrou o momento gerador da intenção de Aloísio Magalhães de ver Brasília tombada como patrimônio histórico e artístico: "Naquela época, em fins de 1980, o setor imobiliário entrava, para valer, na disputa de espaço, reivindicava mudanças no gabarito dos prédios e pedia o loteamento de áreas rurais para mansões e chácaras.

A coordenadora da Comissão Brasília lembrou, ainda, que "naquela época sedimentavam-se os princípios de um novo conceito de patrimônio. A SPHAN não se ocuparia mais apenas do bem histórico e artístico. A visão se globalizava na defesa do bem cultural".

Com esta nova concepção, prosseguiu Briane, "o tombamento de Brasília passou a ser encarado dentro da perspectiva de uma preservação dinâmica e não orientado por princípio de cristalização".

Jamais, garantiu a ar-

Tombamento

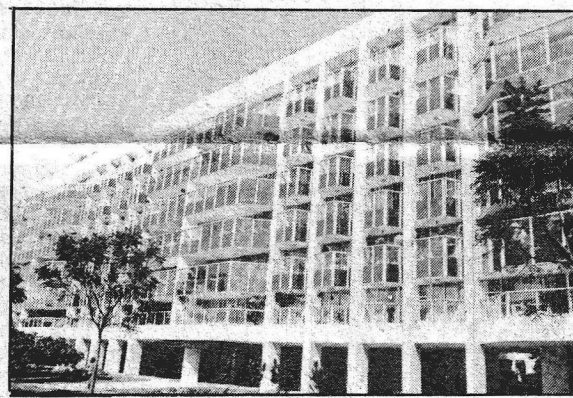
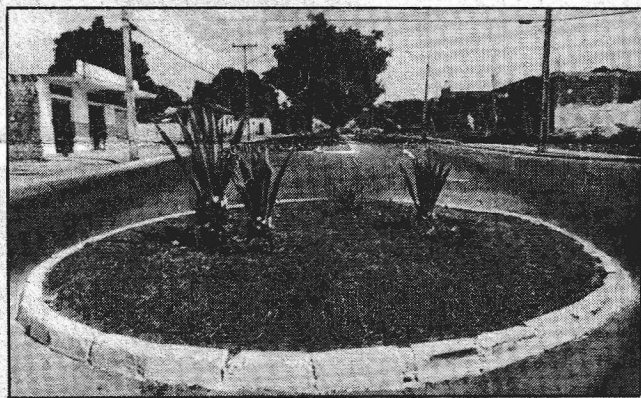
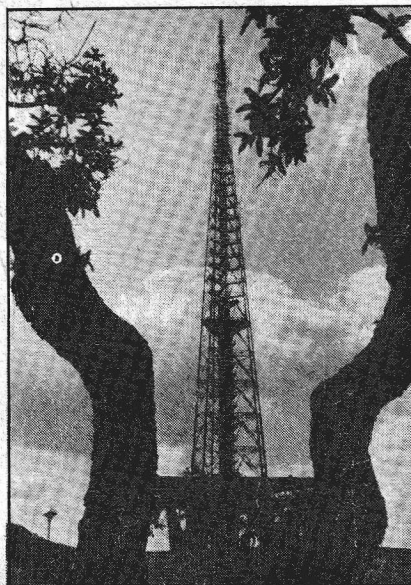


de
Brasília

quiteta, os membros da Comissão "tomaram Brasília como um produto acabado, mas sim, como um espaço urbano que deve ter seu crescimento orientado, para evitar a deteriorização da qualidade de vida dos que a habitam".

A partir desta perspectiva, o grupo sugeriu medidas no sentido da preservação documental (no que foi ajudado por Walter Mello, responsável pelo Arquivo Público); na definição da questão institucional (instrumentos legais para manejo da preservação de bens culturais) e a questão territorial. Os dois primeiros itens ficaram a cargo do Governo do Distrito Federal, através do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico. O último item, que cuidava diretamente dos estudos do tombamento, ficou a cargo da Pró-Memória.

Ao iniciar a fase de estudos da questão tombamento do Plano Piloto, a Comissão Brasília percebeu que o assunto era muito amplo e merecia tratamento minucioso. Assim, destacaram os dois tipos de meio que deviam receber atenção especial: o meio natural e o meio construído. O meio natural ficou a cargo de estudos do professor Eurico Salviati, responsável por amplo e



A torre de tv, Planaltina, Brazlândia e as varandas nos blocos podem ser preservados

detalhado levantamento das nascentes, parques, estuários e vegetações da região, dignas de especial atenção e preservação.

Com a equipe de Briane ficaram os estudos do meio construído. Inicialmente, o grupo se perguntou: que tipo de estabelecimento humano havia na região, antes da edificação de Brasília?

— Constatamos que havia duas pequenas vilas, Planaltina e Brazlândia, que deviam ser preservadas como documento da vida na região. Escolhemos, também, 10 das 30 fazendas aqui existentes, que conservavam suas características básicas de construção da arquitetura vernacular brasileira.

A seguir, o grupo partiu para o inventário dos acampamentos pioneiros,

núcleos que abrigaram os construtores de Brasília. Constatou, então, que a maioria deles havia desaparecido. Restavam os acampamentos da Metropolitan, da Vila Planalto, da Candangolândia, e pequenos vestígios de outros.

O grupo defende, em seus estudos, a consolidação de tais acampamentos, desde que sejam mantidos em suas características básicas, e não transformem-se em novas cidades-satélites. Briane lembra que não se quer, em nome da preservação, manter as pessoas em barracos, mas sim garantir a ambiência de um acampamento, onde predomina determinado tipo de vizinhança, abundância de quintais etc.

Feitas estas considerações e levantamentos, o grupo, com auxílio da pro-

fessora Maria Elaine Kohlsdors, iniciou detalhado e minucioso levantamento do Plano Piloto, área central das atenções do projeto de tombamento.

REFERÊNCIAS

Maria Elaine, antes de expor os resultados das pesquisas levadas a cabo nestes quatro últimos anos, lembrou que, em momento algum, se viu o Plano Piloto como objeto de um tombamento cristalizador. Afinal, argumentou, "nós, que somos arquitetos, sabemos que a cidade é um espaço onde se dão atividades humanas, e que ela deve se transformar de acordo com as necessidades de seus habitantes. E Brasília, como qualquer cidade do planeta, deve se transformar".

Sob este princípio, as pesquisas se desenvolveram objetivando conheci-

mento mais detalhado da cidade e busca de seus referenciais mais significativos. O que a população tem como algo a se preservar? Com esta indagação, a equipe levantou as características fundamentais de Brasília levando em conta vários pontos: relevo, vegetação, sistemas de superfície, malha viária, silhueta (perfil da cidade), a tipologia das edificações, estrutura interna do espaço e os elementos acessórios (mobiliário urbano, bancas de jornais, quiosques, placas de sinalização etc.).

Dai, partiu-se para pesquisa de campo, quando os arquitetos Márcio Vianna e Ieda Barbosa, através de detalhado questionário, ouviram moradores de Brasília, do Plano Piloto e satélites, com o intuito de saber deles, que identidade

mantinham com a cidade, que espaços de permanência e circulação preferiam, que relações desenvolviam com seus vizinhos.

A pesquisa revelou dados interessantes: a maioria elogiava as relações com os colegas de trabalho, mas não estreitava relações de amizade com vizinhos. O brasiliense considerou como pontos referenciais da cidade a Torre de Televisão, o Lago Paranoá, o horizonte, entre outros.

Na maioria dos casos, o brasiliense aprovou as alterações do projeto original, que só inicialmente foram condenados. Em especial acertou bem as alterações do sistema viário, como a ligação W3 Norte-Sul e as "tesourinhas" que ligam os "Eixinhos" às Entrepavimentadas. Muitos reclamaram da setorização excessiva da cidade, mas não mostraram desgosto com os bosques de eucaliptos ou pinheiros. Com ironia, o arquiteto Márcio Vianna comentou: "O reflorestamento com espécie única não desagrada às pessoas".

FASES HISTÓRICAS

A arquiteta Ieda Barbosa apresentou, por sua vez, uma divisão da história de Brasília, em fases. Ela ressaltou que a divisão foi feita segundo princípios empíricos. Levamos em conta, afirmou, dados como modos de aquisição da moradia, períodos governamentais etc. Assim, chegamos à conclusão de que Brasília viveu quatro fases: a da implantação (1960 a 1969), quando se quis dar o recado da arquitetura moderna e a propriedade da terra pertencia, unicamente, ao poder público; a da sedimentação (1970 a 1975), quando a cidade se consolidou; a da primeira expansão (1975 a 79), quando ocorre aumento na demanda da ocupação do espaço urbano e nascem novos núcleos habitacionais como o Setor Octogonal e loteamento no município de Luziânia e a segunda expansão, quando verificamos o escaqueamento de moradia, e as empresas imobiliárias passam a construir apartamentos pequenos, buscando aproveitar toda a potencialidade possível, através da construção de varandas e armários.

Feitas tais considerações, Maria Elaine passou a mostrar gráficos, desenhos e croquis, onde sintetizou as principais idéias do grupo, sugerindo pontos para futuro tombamento. Ela dividiu o quadrilátero do DF em quatro zonas de interesse de preservação: cinturão sanitário, área de interesse especial (Plano Piloto), área de amortecimento e elementos teste-

munhais. Ela lembrou que Brasília é uma cidade singular, pois tem seus limites, em todas as direções, rigidamente demarcados.

Em nenhum momento, os membros da Comissão Brasília da Pró-Memória emitiram opinião definitiva sobre nenhum aspecto do tombamento. Colocaram, em todos os momentos, que o tombamento de Brasília deve ser motivo de ampla discussão, da qual devem participar todos os interessados.

Um debatedor quis saber se a equipe havia se preocupado com a segurança no trânsito, já que os índices de acidentes em Brasília são dos mais elevados do País. Há quem apresente dados esclarecedores: mensalmente, morrem no Eixo Rodoviário, 12 crianças, vítimas de acidentes.

Outro debatedor quis conhecer a força jurídico-institucional de um ato de tombamento, lembrando que tal instrumento pode tornar-se perigoso agente de controle político da população.

Briane lembrou que há três possibilidades de tombamento, todas muito semelhantes: pelo poder federal, estadual ou municipal. Um bem tombado tem que respeitar a legislação que o rege. Assim, se o pároco da Catedral de Brasília, que é um bem tombado pelo patrimônio federal, quiser fazer alguma modificação no templo, terá que apresentar justificativa à SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e aguardar parecer do órgão.

Luiz Alberto de Campos Gouvêa, diretor de cultura do Sindicato dos Arquitetos e membro da Comissão Brasília da mesma instituição, mostrou-se contrário ao tombamento. Ele espera que, "passados 20 anos de autoritarismo, arquitetos brasilienses e a comunidade, em especial, sejam ouvidos".

O arquiteto Cláudio Accioli, um dos primeiros a se manifestar contrário ao tombamento, elaborou documento de análise do tema e encaminhou-o ao governador José Aparecido. Diz ele: "as consequências deste ato podem ser desastrosas para uma cidade de apenas 25 anos de existência oficial. (...) Não podemos compreender uma cidade como um monumento, uma obra de arte finalizada, estática, encerrada em si própria e que nada nela possa ser objeto de transformação e intervenção, indo contra o processo natural de constantes sedimentações e consolidações a que as cidades estão sujeitas na História.